



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 17/05/2024 NA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG).**

#### **Assunto: Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Magistério do Estado de Minas Gerais.**

Aos dezessete (17) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, às quatorze horas (14h00), ocorreu Audiência Pública, proposta pela vereadora Iara Pimentel, para discutir sobre: Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Magistério do Estado de Minas Gerais. Foram convidados e participaram da Audiência: o Sr. Múcio Alberto Cordeiro Alves (Sind-UTE/MG), o Sr. Charles Magdey Alves Soares (Sind-UTE/MG), a Sra. Gina Mara Pereira (Diretora Estadual do Sind-UTE do Vale do Jequitinhonha), o Sr. Célio Gonçalves Moreira (Sind-UTE/MG), a Sra. Marcelle Amador (Sind-UTE/MG), representando a Sra. Denise de Paula Romano. Após a abertura da reunião e a composição da Mesa, a vereadora Iara Pimentel, proponente da audiência, expôs os motivos e objetivos de sua realização. Disse que a proposta da Audiência Pública é cobrar do governador Romeu Zema a valorização dos servidores públicos estaduais. O Sr. Múcio Cordeiro falou que é extremamente importante que os legislativos municipais debatam sobre a educação pública. Ressaltou que o governador Romeu Zema não cumpre com a Constituição do Estado. A Sra. Gina Mara lamentou a ausência dos vereadores na Audiência Pública. Salientou que o governo é seletivo, não se importa com a educação, com a população negra, com a população LGBT e com os ajudantes de serviço geral. O Sr. Charles Soares enfatizou a falta de profissionais atuando nas escolas devido a precarização. Criticou o governador Romeu Zema por não cumprir com a legislação do piso salarial. A Sra. Marcelle Amador destacou que Romeu Zema está precarizando a vida dos trabalhadores, está propondo um reajuste que não recompõe nem a inflação, quer acabar com o IPSEMG e não paga o salário devido aos profissionais. O Sr. Célio Moreira criticou o reajuste do piso nacional da educação. Enfatizou que é preciso lutar diariamente pela valorização desses profissionais. Houve participação do público presente, que, de um modo geral, afirmou que o governador Romeu Zema não cumpre com a legislação que prevê o pagamento do piso nacional da educação em sua totalidade. Cobrou o reajuste salarial. Pediu respeito aos trabalhadores de Minas Gerais. Logo após, iniciou-se o momento para as considerações finais dos convidados. O Sr. Múcio Cordeiro disse que é preciso fazer uma luta intensa contra a representatividade da Direita no país. A Sra. Gina Mara ressaltou que a educação é municipalizada, privatizada, deslegitimada, sem ouvir a comunidade escolar. O Sr. Charles Soares salientou que é ilegal mais de trinta mil auxiliares de serviço da educação receberem menos que um salário mínimo. O Sr. Célio Moreira falou



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)**

sobre as propostas do Projeto de Lei nº 2.238/2024. Destacou que é preciso permanecer na luta pelo pagamento do piso na sua integralidade. A Sra. Marcelle Amador agradeceu pela possibilidade de participar da Audiência. A vereadora Iara Pimentel, a qual presidiu a sessão, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência. Nada mais havendo, lavrou-se esta ata.

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 17 de maio de 2024.**